

II COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS - COJURIS -

**A OAB e a Defesa da Advocacia nos
35 anos da Constituição Federal de 1988**

OABRJ
41ª Subseção



FACULDADE DE
**MIGUEL
PEREIRA**





II COLÓQUIO DE PESQUISAS JURÍDICAS E SOCIAIS

**A OAB e a Defesa da Advocacia nos 35 anos da Constituição
Federal de 1988**

Organizadores

Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves
Profa. Me. Lorena Braga Raposo
Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende
Prof. Me. Filipe da Silva Pinheiro

Realização 08 e 09 de novembro de 2023

Editora da Universidade de Vassouras

Vassouras/RJ

2023



FACULDADE DE
**MIGUEL
PEREIRA**



© 2023 Universidade de Vassouras / Faculdade de Miguel Pereira
Presidente da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)
Gustavo Oliveira do Amaral

Superintendente Acadêmico da Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE)
Marco Antonio Soares de Souza

Diretor Geral da Faculdade de Miguel Pereira
Jesimar da Cruz Alves

Coordenador de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Miguel Pereira
Paulo Cesar Pereira

Coordenadora do Curso de Direito
Lorena Braga Raposo

Editora-Chefe das Revistas Online da Universidade de Vassouras
Lígia Marcondes Rodrigues dos Santos

Editora Executiva Produções Técnicas da Universidade de Vassouras
Paloma Martins Mendonça

Diagramação e Layout
Gabriel Silva Rezende
Paloma Martins Mendonça

Modo de acesso: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/PT/article/view/4278>

| | |
|-------|--|
| C7199 | <p>Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (II: 2023: Miguel Pereira, RJ) Anais do II Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais / organizado por Jesimar da Cruz Alves, Lorena Braga Raposo, Gabriel Silva Rezende, Filipe da Silva Pinheiro. – Miguel Pereira, RJ : Universidade de Vassouras, 2023. 37 p.</p> <p>Recurso eletrônico Formato: E-book</p> <p>ISBN: 978-65-57918-80-8</p> <p>1. Direito. 2. Pesquisa Jurídica. I. Alves, Jesimar Cruz. II. Raposo, Lorena Braga. III. Rezende, Gabriel Silva. IV. Pinheiro, Filipe da Silva. V. Universidade de Vassouras. V. Título.</p> |
|-------|--|

Sistema Gerador de Ficha Catalográfica Online – Universidade de Vassouras

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. O texto é de responsabilidade de seus autores. As informações nele contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras e da Faculdade de Miguel Pereira.

APRESENTAÇÃO

O II Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS) teve como objetivo a apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do 10º período do Curso de Direito da FAMIFE e demais projetos de pesquisa científica.

No evento, foram apresentadas as pesquisas desenvolvidas, bem como uma proveitosa e construtiva troca de experiências e de conhecimentos entre os discentes e docentes.

Os resumos contidos na presente obra representam a consolidação da pesquisa jurídica no âmbito da FAMIFE. Do mesmo que o fortalecimento do senso e da avaliação crítica dos elementos que estruturam a pesquisa científica, especialmente a pesquisa jurídica.



II Colóquio de Pesquisas Jurídicas e Sociais (COJURIS)

Novembro de 2023

Organizadores

Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves

Profa. Me. Lorena Braga Raposo

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende

Prof. Me. Filipe da Silva Pinheiro

Membros do Comitê Científico

Prof. Me. Jesimar da Cruz Alves

Profa. Me. Lorena Braga Raposo

Prof. Dr. Gabriel Silva Rezende

Prof. Me. Filipe da Silva Pinheiro

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| DIREITO TRABALHISTA BRASILEIRO NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DO HOME OFFICE | 8 |
| LAWFARE EM AÇÃO: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO LAVA JATO NO BRASIL (2014- 2021)..... | 9 |
| CONSIDERAÇÃO ENTRE A AMPLIAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E O FORTALECIMENTO DOS LAÇOS ENTRE MÃE E FILHO..... | 10 |
| O AVANÇO MUNICIPAL NO COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS/RJ..... | 11 |
| TORNANDO A JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DO LEGAL DESIGN NA SIMPLIFICAÇÃO DE CONTRATOS JUDICIAIS..... | 12 |
| RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO: A (IN) EFICÁCIA DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO | 13 |
| VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA MULHER E A NECESSIDADE DA TIPIFICAÇÃO LEGAL | 14 |
| A EXPROPRIAÇÃO DA PERSONALIDADE CIVIL DA PESSOA NATURAL NA ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA MONETARIZAÇÃO DE BENS EXISTENCIAIS..... | 15 |
| O PAPEL DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | 17 |
| ALIENAÇÃO PARENTAL COM ÊNFASE NO CONTEXTO PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS INTERDISCIPLINARES E SUA EFICÁCIA LEGAL..... | 19 |
| APLICABILIDADE DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA DO CÓDIGO PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL: | 20 |
| A (IN)EFICÁCIA DO TRATAMENTO COMPULSÓRIO PARA OS INIMPUTÁVEIS..... | 20 |
| PLANEJAMENTO FISCAL: JUSTIÇA OU EVASÃO? | 21 |
| ESTUDO DE CASO DAS RECLASSIFICAÇÕES FISCAIS DIANTE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E À LUZ DOS CASOS CONCRETOS | 21 |
| OS PRINCÍPIOS DA INCLUSÃO E DA IGUALDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO USO DE APRENDIZADO DE MÁQUINA NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM TEA | 22 |
| A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE AO DIREITO À EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO CIDADÃ..... | 23 |
| CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: A COMODITIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA NA PERSPECTIVA DO <i>BIG OTHER</i> E O IMPACTO NAS NORMAS CONSTITUCIONAIS BRASILEIRAS..... | 24 |
| PRECONCEITO RACIAL: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA EQUIPARAÇÃO DA INJÚRIA RACIAL AO RACISMO E OS REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL..... | 25 |
| USO DE DIGITAL OU RECONHECIMENTO FACIAL SEM CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO PARA ACESSO DE CELULAR..... | 26 |



| | |
|--|----|
| LEI DO ABUSO DE AUTORIDADE (13.869/19): QUANDO O AGENTE PÚBLICO VAI “ALÉM” DE SUAS FUNÇÕES | 27 |
| ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DOS DOCENTES DO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA | 28 |
| REURB-S COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS, RJ | 29 |
| AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... | 30 |
| APLICAÇÃO NA COBRANÇA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM MIGUEL PEREIRA: ANÁLISE EMPÍRICA DAS COBRANÇAS DE IPTU..... | 31 |
| O PERFIL DO LITIGANTE NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE PATY DO ALFERES: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA | 32 |
| A CONTRIBUIÇÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS PARA A DIMINUIÇÃO DE PROCESSOS NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA MOROSIDADE JUDICIAL FRENTE À CELERIDADE DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS..... | 33 |
| A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: DA PRECARIÉDADE HISTÓRICA À VULNERABILIDADE NO CÁRCERE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO | 34 |
| MULTIPARENTALIDADE: O RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E OS EFEITOS JURÍDICOS DA AUSÊNCIA DE NORMAS | 35 |
| REURB-I: A (IN)EFICÁCIA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS PARCELAMENTOS..... | 36 |
| DE SOLOS ANTERIOR DA LEI FEDERAL Nº 6.766/79, NO ÂMBITO DO REGISTRO DE IMÓVEIS | 36 |

DIREITO TRABALHISTA BRASILEIRO NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DO HOME OFFICE

Alan de Oliveira Carneiro ¹; Fábio Sereno ²

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo tratar o direito trabalhista Brasileiro na pandemia da COVID-19, fazendo uma análise sociojurídica do home office, tendo em vista os impactos jurídicos tanto para os empregadores quanto para os empregados. A fim de identificar esses impactos, buscamos descrever o processo pandêmico e a necessidade de elaboração de novas leis trabalhistas, compreendermos a diferença entre o teletrabalho e o home office e identificarmos os impactos jurídicos das legislações pertinentes ao período pandêmico no direito do trabalho. Realiza-se, então, uma pesquisa qualitativa de cunho descritiva, buscando a compressão dos impactos sociais no direito do trabalho durante o cenário pandêmico, onde sua classificação de pesquisa é a bibliográfica, juntamente com as legislações trabalhistas e as Medidas Provisórias 927 e 936, e também com a lei 14020 de 6 de julho de 2020, artigos acadêmicos, doutrinas, jurisprudências e recursos de internet e jornais eletrônicos. Diante disso, verifica-se que as legislações criadas influenciaram não só no direito trabalhista como também impactaram na sociedade em geral e que o home office e o teletrabalho exerceram papéis fundamentais diante do cenário pandêmico, o que impõe a constatação de que essas modalidades serão o futuro do trabalho, uma vez que possuem características adaptativas muito célere.

Palavras-chave: Home Office; Teletrabalho; COVID-19.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

² Professor da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

LAWFARE EM AÇÃO: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO LAVA JATO NO BRASIL (2014 - 2021)

Ana Carolina de Souza Nascimento³; Lorena Braga Raposo⁴

RESUMO: Este artigo visa compreender e analisar o fenômeno “lawfare” no contexto da Operação Lava Jato no Brasil. O termo “Lawfare” descreve o uso estratégico do direito como meio de luta política. Ele ganhou destaque no discurso jurídico e político global. Considerada uma das maiores operações anticorrupção da história brasileira, a Operação Lava Jato tornou-se um símbolo de justiça, objetividade e utilização do sistema de justiça como arena para disputas políticas. Por meio de uma revisão e análise da literatura, este estudo explora os postos-chave da ação e das decisões judiciais relevantes, particularmente aquelas que afetam o Ministro Dias Toffoli. O objetivo do estudo é identificar e discutir as evidências da existência dessa lei e seu impacto na integridade do sistema judiciário brasileiro, na situação da democracia e na jurisprudência. A conclusão é que a interação entre o poder judicial e a política é uma característica inerente aos Estados democráticos, mas que a identificação clara da prática jurídica requer uma análise cuidadosa e informada das motivações e consequências das decisões judiciais no panorama político nacional.

Palavras-chaves: Lawfare; Lava Jato; Lula.

³ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

⁴ Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil

CONSIDERAÇÃO ENTRE A AMPLIAÇÃO DA LICENÇA- MATERNIDADE E O FORTALECIMENTO DOS LAÇOS ENTRE MÃE E FILHO

Anna Caroline Monteiro Monsores ⁵; Maria Fernanda Ricci⁶

RESUMO: O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo a licença-maternidade no direito brasileiro, e se delimitou na compreensão da necessidade de ampliação do prazo do benefício em razão da necessidade de fortalecimento dos laços entre mãe e filho. Em alguns países verifica-se que o prazo da licença-maternidade é maior, possibilitando uma maior conexão entre mãe e filho recém-nascido, e possibilitando, ainda, que os cuidados iniciais de um recém-nascido sejam mais completos e realizados por um lapso de tempo adequado. Assim, o objetivo geral do presente estudo foi apontar as justificativas para a extensão do período de licença-maternidade previsto legal e constitucionalmente. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: definir licença-maternidade, traçar uma linha evolutiva do benefício no Brasil, e analisar os prazos de licença-maternidade em outros países. A problemática que se pretendeu responder foi a seguinte: os cuidados e a conexão necessários entre mãe e filho no período imediatamente pós-parto podem ser supridos em 120 dias de licença-maternidade? A justificativa para o estudo do presente tema residiu na necessidade de aprofundamento teórico a respeito da licença-maternidade, que é alvo de discussões sociais e jurídicas que demandam atenção frente as demandas sociais hodiernas. O trabalho seguiu o método dedutivo, e a metodologia de pesquisa bibliográfica.

Palavras chaves: Maternidade; Licença; Recém-nascido; Cuidados; Trabalho.

⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

⁶ Professora da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

O AVANÇO MUNICIPAL NO COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS/RJ

Bárbara Crivas Fonseca Borges⁷; Gabriel Rezende⁸

RESUMO: Prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações constitui um direito fundamental a ser garantido pelo Estado por meio da criação de mecanismos para coibir a violência e proteger cada um de seus membros. A ausência de marcos legais específicos instituídos pelo Estado brasileiro demonstra um descaso em relação aos compromissos estabelecidos nas Constituição, Convenções e Tratados Legais ratificados, desta forma, o propósito deste estudo é analisar os marcos legais específicos instituídos pelo Estado e as políticas públicas na abordagem da violência doméstica no município de Vassouras, situada no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de cunho descritiva, no intuito de compreender a implementação e o suporte sociojurídico auferido pelas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Constatou-se que em 2020 o percentual de registros tipificados na Lei Maria da Penha atingiu o seu pico, chegando a 63,8% neste município, período em que foram implementadas novas políticas e ações de acolhimento, atendimento e orientação às mulheres vítimas, o que contribuiu para maior conscientização e análise crítica pelas vítimas, impulsionando-as a pedirem auxílio e registrarem ocorrência sobre as violências sofridas. Pode-se concluir que as políticas alicerçadas no Direito, apesar de recentes, têm sido efetivas quanto aos objetivos de atender, conscientizar e reduzir os casos de violência doméstica e familiar no município.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Lei Maria da Penha; Políticas Públicas; Vassouras/RJ.

⁷ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil, E-mail: barbaracrivas@gmail.com.

⁸ Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, FAMIFE, Miguel Pereira, RJ, Brasil. Contato: gabriel.rezende@univassouras.edu.br.

TORNANDO A JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DO LEGAL DESIGN NA SIMPLIFICAÇÃO DE CONTRATOS JUDICIAIS

Beatriz Simões Figueiredo⁹; Ana Luiza da Rocha Lima¹⁰

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar se Legal Design contribui para promover uma maior democratização do acesso à justiça, uma vez que a linguagem jurídica muitas vezes é uma barreira para pessoas com baixo nível de escolaridade ou que não possuem formação na área tendo em vista que a complexidade da linguagem jurídica pode dificultar o entendimento de contratos judiciais por parte das partes envolvidas, resultando em problemas futuros e até mesmo conflitos judiciais. O principal propósito deste estudo é investigar se documentos elaborados com o uso do legal design efetivamente facilitam o acesso à justiça. Para atingir esse objetivo, empregaremos uma abordagem de pesquisa qualitativa-descritiva. A coleta de dados será realizada por meio de diferentes fontes e instrumentos. Será feita uma revisão da literatura sobre Legal Design e contratos judiciais, utilizando como referência principal o site “Law by Design”. A relativa falta de difusão do Legal Design entre os operadores do direito no Brasil representa um desafio significativo para sua adoção mais ampla. Esses obstáculos dificultam a sua introdução no contexto jurídico brasileiro de maneira mais abrangente. Compreender os desafios e limitações à sua adoção é um passo fundamental para promover a aceitação do Legal Design no cenário jurídico nacional.

Palavras-chave: Legal Design; Acesso à Justiça; Simplificação Jurídica.

⁹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: biafigueiredosimoes@gmail.com

¹⁰ Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: analuizadrlima@gmail.com

RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO: A (IN) EFICÁCIA DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Cristiane de Paiva Aniceto¹¹; Anderson Rocha¹²

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo compreender a (in) eficácia do reconhecimento fotográfico como meio de prova no processo penal brasileiro, tem em vista que tal procedimento tem gerado controvérsias e debates em relação aos direitos individuais dos suspeitos e acusados, especialmente no que diz respeito ao risco de identificação equivocada, que pode levar a condenações injustas, tornando-se necessário analisar os impactos do reconhecimento fotográfico no sistema jurídico brasileiro, a fim de compreender sua eficácia. Para tanto, é necessário entender o que é o reconhecimento fotográfico, compreender como a falsa memória influencia no procedimento do reconhecimento por fotografia e identificar jurisprudência acerca do reconhecimento fotográfico. Realiza-se, então, uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, com bibliografia através de jurisprudências, Código de Processo Penal brasileiro, sites e doutrinas. Diante disso, verifica-se que o reconhecimento fotográfico tem por finalidade comprovar a identificação de uma pessoa que está de alguma forma envolvida com os fatos apurados no inquérito policial, já questão da falsa memória pode levar a identificação imprecisa ou equivocada, uma vez que, o reconhecimento fotográfico está ligado a como a memória visual pode ser influenciada por imagens e após identificar e analisar jurisprudências sobre o tema, verifica-se falhas e a violação dos direitos individuais dos acusados, isso ocorre por que a memória humana é falha e as autoridades policiais podem influenciar de alguma forma a vítima ou testemunha, o que impõe a constatação de que o procedimento do reconhecimento fotográfico deve seguir o rito disposto no artigo 226 do Código de Processo Penal e tal dispositivo não serve como mera recomendação e sim como obrigatoriedade a serem seguidas para um reconhecimento válido e eficaz.

Palavras-Chave: Falha no Reconhecimento Fotográfico, Falsa Memória. Código de Processo Penal, Violação de Direitos.

¹¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, Rio de Janeiro.

¹² Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:
UMA ANÁLISE SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS DA MULHER E A NECESSIDADE DA
TIPIFICAÇÃO LEGAL**

Daiana Gonçalves dos Santos Fareli¹³; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci¹⁴

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo refletir acerca da Violência Obstétrica no Estado do Rio de Janeiro considerando uma análise da violação dos Direitos Fundamentais da mulher e a necessidade da tipificação legal dessa conduta, tendo em vista que, em 2014, a violência obstétrica foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um problema de saúde pública que afeta diretamente as mulheres e seus bebês. Para tanto, é necessário analisar o que é violência obstétrica e pareceres do CRMERJ, identificar as características dos casos concretos de violência obstétrica e os dispositivos legais utilizados e descrever o perfil da vítima e a avaliação da tipificação legal. Realiza-se então, uma pesquisa interdisciplinar e de natureza qualitativa e quantitativa, com um perfil jurídico-sociológico-antropológico valendo-se de pesquisa empírica, por meio de dados públicos sobre a violência obstétrica. Para além disso foi feita também uma enquete, que contou com respondentes dos cursos Técnico em Enfermagem e do Bacharelado em Direito da FAMIFE. Diante disso, verifica-se que há uma diminuta vinculação da divulgação da informação para as parturientes e seus acompanhantes no momento do pré-natal, o que nos leva a entender que a violência obstétrica é uma questão cultural, que precisa ser enfrentada sob a ótica do conhecimento da trajetória histórica do termo com o seu aprofundamento nas discussões e na própria mudança de conduta, o que impõe a constatação de que há a necessidade de uma Lei Federal que tipifique a violência obstétrica.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Rio de Janeiro. Tipificação Legal.

¹³ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

¹⁴ Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

A EXPROPRIAÇÃO DA PERSONALIDADE CIVIL DA PESSOA NATURAL NA ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA MONETARIZAÇÃO DE BENS EXISTENCIAIS

Eduardo Vasconcellos da Conceição¹⁵; Gabriel Rezende¹⁶

RESUMO: Nesta pesquisa compreendemos a expropriação da personalidade civil da pessoa natural na era do capitalismo de vigilância. Buscamos analisar os impactos sociojurídicos das práticas do capitalismo de vigilância sob a personalidade civil, propondo soluções que protejam efetivamente os direitos e liberdades pessoais. Para tanto, descrevemos a razão jurídica-filosófica e dogmática da tutela da personalidade civil da pessoa natural no Direito Civil brasileiro, investigamos quais fatores levaram ao surgimento do capitalismo de vigilância e as práticas típicas dessa nova ordem econômica, e se estas correspondem a monetarização de bens existenciais, e, por fim, demonstramos os impactos sociojurídicos das práticas típicas do capitalismo de vigilância sobre a personalidade dos indivíduos. Fora realizada pesquisa bibliográfica pela seleção de livros, artigos acadêmicos e normas jurídicas concernentes ao tema. Concluímos que através de longo percurso histórico-cultural, jurídico-filosófico e dogmático a concepção contemporânea da personalidade reflete a ideia da pessoa como ser dotado de autonomia moral e dignidade intrínsecas, da preservação do mínimo existencial, da personalização do direito privado e de uma base antropocêntrica do Direito Civil. Com a instauração da lógica mercantil do capitalismo de vigilância pela Google, a expansão de seus processos direcionados à exploração comercial dos dados pessoais, somados a sua adoção por outras empresas de tecnologia, estabeleceu-se um verdadeiro mercado de pessoas e suas emanções comportamentais. O efeito é a conversão das situações existenciais em um novo tipo de propriedade do mercado digital, na qual as pessoas são disponibilizadas

¹⁵ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/RJ/Brasil. Contato: eduardovasconcellosadv@gmail.com.

¹⁶ Docente do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/RJ/Brasil. Contato: gabriel.rezende@univassouras.edu.br.

enquanto produtos de predição, não mais vistas como fim e sim como meio para a lucratividade, deteriorando a ideia antropocêntrica que constitui a base do direito civil constitucional, e da funcionalização das situações patrimoniais às existenciais, retirando do indivíduo sua autodeterminação e atribuindo-lhe uma visão econômica para fins comerciais e políticos. Acreditamos que a solução está em uma abordagem multifacetada que inclui intervenção estatal por meio da atividade regulatória, aprimoramento das leis de proteção de dados e da personalidade, investimento em agências fiscalizadoras, estabelecimento de órgãos internacionais reguladores, adoção de padrões éticos e de privacidade globais, políticas de conscientização dos usuários e transparência das empresas.

Palavras-chave: Personalidade civil; Capitalismo de vigilância; Monetização de bens Existenciais.

O PAPEL DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Elen de Souza Granja¹⁷; Gustavo Abranches Bueno Sabino¹⁸

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a legislação ambiental e o controle do descarte inadequado de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa para investigar as disposições legais, a implementação e a fiscalização da legislação ambiental, bem como os impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado de resíduos. A partir da análise da Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, são identificados os principais desafios na implementação desta legislação. Em seguida, é examinada a legislação ambiental vigente no Estado do Rio de Janeiro, com foco no manejo e descarte de resíduos sólidos. Por fim, são avaliados os impactos ambientais gerados pelo descarte inadequado de resíduos sólidos no Estado, utilizando o exemplo do lixão de Gramacho, que foi o maior depósito de lixo a céu aberto da América Latina. O fechamento do lixão trouxe à tona os problemas ambientais e de saúde pública enfrentados pelas comunidades próximas. A pesquisa utiliza fontes como leis ambientais, regulamentos públicos, notícias e artigos científicos para compreender como a legislação ambiental afeta diretamente a saúde pública, identificar possíveis lacunas na legislação existente e analisar os desafios enfrentados na aplicação das leis.

Com base nesses resultados, o trabalho contribui para a compreensão da importância da legislação ambiental na prevenção do descarte inadequado de resíduos sólidos e na proteção do meio ambiente e da saúde pública no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Proteção Ambiental. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Poluição. Saúde Pública.

¹⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

¹⁸ Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DURANTE O COVID-19 EM MIGUEL PEREIRA-RJ: UM AUMENTO OU DESTAQUE?

Eurico Pereira José Junior¹⁹; Rodrigo Benício²⁰

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os casos de violência contra as mulheres na cidade de Miguel Pereira, tendo em vista que é um tema recorrente, e que a análise do fato é importante e recorrente, a fim de se entender como a Pandemia do COVID-19 afetou as pessoas nesse âmbito. Para tanto, é necessário investigar as causas socioculturais e também os impactos da violência na vida das vítimas. Realiza-se, então, uma pesquisa de casos no órgão competente da cidade para se ter dados precisos e em abundância para a realização da pesquisa, que diante disso, verifica-se que sim, a pandemia contribuiu para um aumento dos casos registrados, porém analisando melhor podemos descobrir que aumentou sim o número de registros porém muitos desses casos já aconteciam, porém graças a frequência que aconteciam devido ao Lockdown e também só encorajamento em redes sociais muitas vítimas depois de inúmeras violências finalmente obtiveram a coragem de pedir ajuda, o que impõe a constatação de que houve um aumento de casos registrados e um destaque maior devido ao uso das redes sociais.

Palavras-chave: *Lockdown*; Pandemia; Violência; Mulheres.

¹⁹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

²⁰ Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

**ALIENAÇÃO PARENTAL COM ÊNFASE NO CONTEXTO
PANDÊMICO: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS
INTERDISCIPLINARES E SUA EFICÁCIA LEGAL**

Gabrielle Macedo dos Santos Rocha²¹; Cassio José Alves Garcia Galvão²²

RESUMO: Este trabalho de conclusão de curso dedica-se a analisar medidas interdisciplinares e sua efetividade, além de observar e compreender a forma como o sistema judiciário brasileiro decide para prevalecer os interesses de crianças e adolescentes, compreendendo a alienação parental em seu contexto histórico brasileiro, enfatizando os percalços e desafios com os impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil. O estudo tem como objetivo abordar como durante a pandemia a alienação parental se adequou e como o sistema judiciário rapidamente se ajustou a esta situação para não deixar as crianças e adolescentes vulneráveis. A principal motivação com a escolha desse tema é dar a devida relevância ao assunto e mostrar como o sistema judiciário se ajustou a todo o momento peculiar o qual enfrentamos e analisando cada instrumento utilizado desde a lei até o auxílio de outras áreas e profissionais da saúde, além de demonstrar cada modificação eficiente da legislação durante este mesmo período.

Palavras-chave: Alienação parental. Sistema judiciário brasileiro. Medidas interdisciplinares. Covid 19.

²¹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: gabriellemacedo99@gmail.com

²² Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: cassiogarciagalvao@gmail.com

**APLICABILIDADE DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA DO CÓDIGO
PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL:
A (IN)EFICÁCIA DO TRATAMENTO COMPULSÓRIO PARA OS
INIMPUTÁVEIS**

Helen Clara Gurito Diogo²³; Anderson Rocha Rodrigues²⁴

RESUMO: O presente estudo é de suma relevância para observar e analisar políticas a respeito das medidas de segurança, sua aplicação execução dessas medidas. Há uma série de especificidades a serem observadas pelos operadores do direito, guiados pela nossa Constituição Federal de 1988, principalmente acerca da fixação de prazos para sua aplicação. Observar ainda que no ordenamento jurídico nacional as penas se constituem por períodos determinados em lei, todas guarnecem de períodos expressamente delimitados, enquanto nas Medidas de Segurança (sanção penal que é aplicada aos inimputáveis ou semi-imputáveis), não há que se falar em prazos deliberados, de modo que só se extingue esse prazo com a cessação da periculosidade do inimputável. O objetivo do presente artigo é descrever o impacto sociojurídico da não atualização da medida de segurança do Código Penal aplicado aos inimputáveis.

Palavras-chave: Inimputável,- Medida de Segurança,- Resolução CNJ, Sanção Penal, Dignidade; Humana, prisão perpétua.

²³ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

²⁴ Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

**PLANEJAMENTO FISCAL: JUSTIÇA OU EVASÃO?
ESTUDO DE CASO DAS RECLASSIFICAÇÕES FISCAIS DIANTE
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E À LUZ DOS CASOS
CONCRETOS**

João Pedro Silva Brum Rodrigues ²⁵; Ana Luiza da Rocha Lima ²⁶

RESUMO: O presente artigo aborda o planejamento fiscal no contexto brasileiro, questionando sua natureza como instrumento de justiça fiscal ou potencial facilitador da evasão tributária. Através de uma análise das reclassificações fiscais, a pesquisa explora como empresas, na busca por otimização tributária, podem se aventurar nos limites da legislação. Utilizando-se da abordagem descritiva, qualitativa e bibliográfica de estudos de caso concretos. O trabalho aborda temas como justiça fiscal, solidariedade e a utilização da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) para classificar mercadorias. Em sua prática, surgem casos concretos que desafiam sua aplicação e entendimento. Por fim, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) desempenha um papel crucial na resolução de disputas tributárias, refletindo os desafios e controvérsias da tributação brasileira e seus reflexos na sociedade e economia.

Palavras-chave: Tributo; Planejamento fiscal; Evasão e elisão fiscal.

²⁵Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

²⁶Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

OS PRINCÍPIOS DA INCLUSÃO E DA IGUALDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO USO DE APRENDIZADO DE MÁQUINA NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM TEA

Jorge Marcos Ramos de Farias²⁷; Gabriel Rezende²⁸

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da Lei nº. 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), aliada ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, no sistema educacional brasileiro, tendo em vista que a promulgação dessas leis introduziu novas diretrizes para a educação de pessoas com autismo no Brasil. Para tanto, é necessário compreender os desafios e oportunidades para a implementação de políticas educacionais mais inclusivas e acessíveis, visando promover uma educação mais abrangente e igualitária. Realiza-se, então, uma pesquisa majoritariamente bibliográfica, que abrange a análise das regulamentações, estudos sobre tecnologias assistivas, as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as desigualdades socioeconômicas no contexto educacional brasileiro. Diante disso, verifica-se que a implementação efetiva das leis em questão requer uma abordagem holística que abranja não apenas a regulamentação legal, mas também a criação de políticas e práticas que garantam a efetiva inclusão e igualdade de oportunidades no sistema educacional brasileiro. Isso envolve o desenvolvimento de tecnologias assistivas, a proteção de dados e a superação das desigualdades socioeconômicas.

Palavras-chave: Direito à Educação; Inclusão; Inteligência artificial; Autismo.

²⁷ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: jorge_ramos13@outlook.com.br

²⁸ Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: gabriel.rezende@univassouras.edu.br

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE AO DIREITO À EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO CIDADÃ

José da Silva Oliveira ²⁹; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci³⁰

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a reforma do ensino médio com base na Lei 13.455, a sua implementação nas escolas estaduais do Rio de Janeiro com ênfase na análise do direito à educação e os impactos na formação cidadã. Para tanto, consideraram-se nesta pesquisa quatro pontos cruciais para estudo: a) o contexto histórico em que a lei foi criada; b) as alterações que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 sofreu com a mudança do novo Ensino Médio, no ano de 2017; c) o posicionamento da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC, na aplicabilidade da Lei em sua rede de ensino; e d) as mudanças curriculares que comprometem o direito a uma formação cidadã de qualidade. Realizou-se, então, como processo metodológico, a revisão bibliográfica através de pesquisas de periódicos científicos, livros, teses e legislações pertinentes à temática. Diante desse estudo, percebeu-se que as mudanças curriculares que se impõem comprometem o direito a uma formação cidadã de qualidade. Uma vez que muitos conteúdos perderam espaço no novo modelo de ensino.

Palavras-chave: Reforma; Ensino médio; Direito; Cidadania.

²⁹ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil, E-mail: oliveirahistpaty@hotmail.com

³⁰ Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil, E-mail: mariafernanda.ricci@gmail.com

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: A COMODITIZAÇÃO DA VIDA PRIVADA NA PERSPECTIVA DO *BIG OTHER* E O IMPACTO NAS NORMAS CONSTITUCIONAIS BRASILEIRAS

Karina de Souza Gomes³¹; Maria Fernanda Caravana de Castro Moraes Ricci³²

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo compreender o Capitalismo de Vigilância e o Impacto nas Normas Constitucionais Brasileiras, tendo em vista sua relevância social, atual e jurídica, a fim de analisar os impactos da comercialização da privacidade na vida da sociedade a partir da perspectiva do *Big Other* e compreender a grande problemática de sua existência. Para tanto, é necessário expor os conflitos existentes entre a comercialização da vida privada e, especificamente, o artigo 5º, inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Geral de Proteção de Dados e explicar que se deve pensar duas vezes antes de dizer que não se tem nada a esconder, mas preservar o livre arbítrio, a mente de ideias alheias, preservar o comportamento de hábitos instalados artificialmente por outras pessoas ou entidades com interesses diversos. Pode-se não ter nada a esconder, mas há muito para preservar. Realiza-se, então, uma pesquisa explicativa. Diante disso, verifica-se que não há como deixar de se relacionar com o *Big Other*, mas poderia obrigá-lo a respeitar as mesmas regras que todas as pessoas devem seguir todos os dias, o que impõe a constatação de uma possível criminalização do capitalismo de vigilância, bem como a busca de soluções mais eficazes para lidar com esse tipo de comercialização.

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância; Lei Geral de Proteção de Dados; Privacidade.

³¹ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade de Miguel Pereira/Miguel Pereira/RJ/Brasil

³² Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil, E-mail: mariafernanda.ricci@gmail.com

PRECONCEITO RACIAL: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA DA EQUIPARAÇÃO DA INJÚRIA RACIAL AO RACISMO E OS REFLEXOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Kely Cristina da Silva Salgado Baltar³³; Gabriel Rezende³⁴

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo abordar o Preconceito Racial, fazendo uma análise sociojurídica da equiparação da Injúria Racial ao Racismo e os reflexos das Políticas Públicas no Brasil, tendo em vista que os crimes raciais envolvendo a injúria racial e o racismo têm aumentado muito no país. Para tanto, é necessário compreender o contexto sociojurídico dos crimes, a capitulação e as penas aplicadas, bem como a equiparação das condutas sob o prisma do Poder Judiciário, no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a injúria racial como espécie do gênero racismo e a alteração legislativa promulgada na Lei nº 14.532/2023, que trouxe alterações no Código Penal e na Lei nº 7.716/1989, que trata crimes de preconceito, inclusive com agravamento de penas para estas práticas criminosas, falamos também sobre os reflexos das políticas públicas em relação ao tema, no que tange a aplicação legislativa e ações afirmativas. Realiza-se, então, uma pesquisa qualitativa de cunho descrita através da análise bibliográfica sobre a temática, envolvendo artigos científicos e livros, bem como consulta doutrinária e jurisprudenciais em concomitância com análise dos dados do IBGE e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, para compreender a incidência dos crimes de Injúria Racial e Racismo, a equiparação e as políticas públicas no âmbito social e educacional. Porém é importante ressaltar o debate acerca de políticas públicas antirracistas, pois mesmo com muitos avanços relacionados as alterações legislativas, ainda há muito a ser feito para mitigar ou mesmo erradicar o racismo estruturado na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Injúria racial; Racismo; Equiparação; Políticas Públicas.

³³ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: kelybaltar@gmail.com.

³⁴ Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: gabriel.rezende@univassouras.edu.br.

USO DE DIGITAL OU RECONHECIMENTO FACIAL SEM CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO PARA ACESSO DE CELULAR

Leandro Carvalho da Silva³⁵; Lorena Braga Raposo³⁶

RESUMO: Este artigo tem como propósito apresentar uma análise aprofundada dos limites e das proteções individuais e legais relacionados ao procedimento de apreensão de celulares autorizado pelo judiciário, utilizando-se da tecnologia de identificação facial ou uso da digital para acessar informações pessoais de um indivíduo. O objetivo é estabelecer uma conexão entre essas ações e os princípios estabelecidos na nossa Constituição, com o intuito de assegurar e proteger os direitos fundamentais de cada cidadão. O método de pesquisa empregado é exploratório e qualitativo. Os resultados demonstram que, embora o assunto ainda seja objeto de controvérsia, está emergindo uma nova tendência jurisprudencial que sugere que o desbloqueio de celulares através de coerção, mesmo quando determinado por ordem judicial para apreensão do dispositivo e subsequente inspeção, pode não produzir efeitos legais válidos.

Palavras-chave: Autorização Judicial; Direitos Humanos; Tecnologia.

³⁵ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil, E-mail: leandro.carvalho.jus@gmail.com

³⁶ Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

LEI DO ABUSO DE AUTORIDADE (13.869/19): QUANDO O AGENTE PÚBLICO VAI “ALÉM” DE SUAS FUNÇÕES

Letícia Lopes da Costa³⁷; Anderson Rocha³⁸

RESUMO: A lei de abuso de autoridade é um dispositivo legal que veio para atualizar a legislação acerca dos abusos de autoridade por parte de servidores públicos que usam suas posições para ganhar vantagens ou constranger os cidadãos. O presente artigo tem como objeto de estudo a Lei 13.869 de 2019, que visa a garantia dos direitos individuais dos cidadãos passando a regular todos os crimes de abuso de autoridade praticados pelas autoridades públicas. A referida lei substitui a antiga e primeira, Lei 4.898/65 por uma que se encaixe melhor atualmente, além de derrogar outros dispositivos legais para melhor se adequar aos anseios do legislativo. Em 1965 foi editada a Lei 4898/65 que regulava o direito de representação e o processo de responsabilidade civil e penal nos casos de abuso de autoridade. Contudo, essa lei foi criada antes da Constituição Federal de 1988 e sofria críticas por ser genérica e obsoleta para os tempos atuais, pois sua aplicação se dava principalmente nos casos de abusos cometidos por servidores. Este artigo se concentra na análise da Lei 13.869 de 2019, que tem como objetivo assegurar os direitos individuais dos cidadãos, regulamentando os casos de abuso de autoridade praticados por autoridades públicas. Essa lei substituiu a Lei 4.989/95 e revogou outros dispositivos legais para melhor se alinhar com as necessidades do poder legislativo. Sem a intenção de esgotar o tópico, o estudo explora questões relacionadas ao aspecto subjetivo dos crimes, as questões interpretativas envolvidas, os possíveis perpetradores e as penalidades que permitem a aplicação de medidas despenalizadoras, bem como o conceito de justiça negociada. No final, será apresentada uma breve análise sobre a constitucionalidade da Lei 13.869/19, um tema que gera diferentes interpretações e opiniões divergentes.

Palavras-chave: Abuso; Autoridade; Estado.

³⁷ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: lelopezcosta@gmail.com

³⁸ Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: profandersonrocharodrigues@gmail.com

**ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO ESCOLAR:
UM ESTUDO DE CASO DOS DOCENTES DO MUNICÍPIO DE
MIGUEL PEREIRA**

Loren Lisboa Guimarães Veiga³⁹; Ana Luíza da Rocha Lima ⁴⁰

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar o Assédio moral no ambiente de trabalho escolar e promover um estudo de caso dos docentes do município de Miguel Pereira, tendo em vista que o estudo do assédio moral aos professores é de grande relevância social, pois são profissionais que desempenham um papel fundamental na formação das futuras gerações, com o objetivo de analisar se a ausência de legislação para tratar do assédio moral é um fator principal para a continuidade dessa prática. Para tanto, foi necessário compreender o que é o assédio moral, quem são os seus agentes e as modalidades existentes, apresentamos a legislação e analisamos a atual abordagem do judiciário nos casos relativos e apresentamos o quantitativo de casos de assédio moral no município de Miguel Pereira através de entrevistas. Para isso, a metodologia utilizada no trabalho possuiu uma abordagem qualitativa, na medida em que os dados, foram manejados e analisados pela pesquisadora e correlacionados com a teoria adotada para atestar a hipótese elencada. Diante disso, verifica-se que há uma falta significativa de conhecimento sobre o conceito legal de assédio moral e a repetição desse comportamento, apesar de advertências ou medidas punitivas, indica a ineficácia das políticas de combate existentes, o que dificulta sua identificação e denúncia, que impõe a constatação de que se destaca a necessidade da criação de uma legislação específica para solucionar essa questão de maneira eficaz.

Palavras-Chave: Assédio moral; Ambiente de ensino; Miguel Pereira.

³⁹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

⁴⁰ Professora da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

REURB-S COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS, RJ

Luíza Ferreira Carvalho Poz de Oliveira⁴¹; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro⁴²

RESUMO: Regularização Fundiária Urbana (REURB) consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de núcleos urbanos informais. Tem por escopo a incorporação dos núcleos informais ao ordenamento territorial urbano e a titulação de seus ocupantes, retirando-os da informalidade e os conduzindo ao sistema formal de registro de propriedade, colocando milhões de ativos na economia. A Lei n. 13.465/2017 é fruto do descaso de um Estado negligente com o uso da terra e da conseqüente proliferação de ocupações irregulares, clandestinas, desorganizadas, a margem do ordenamento jurídico. Uma das políticas públicas de acesso a moradia utilizada pelo Banco Nacional da Habitação, foi a construção de conjuntos habitacionais por Cooperativas Habitacionais, muitas das vezes sem exigências técnicas e submissão aos regimes jurídicos relacionados ao direito de propriedade, gerando inúmeros conjuntos habitacionais irregulares. Neste contexto, o Município de Vassouras, RJ, se utilizou dos instrumentos previstos na Lei n. 13.465/2017 (REURB) para a regularização desses conjuntos habitacionais, aplicando efetivamente os princípios insculpidos na citada legislação, visto não buscar apenas atingir a especulação imobiliária. O objetivo deste artigo foi analisar a utilização da REURB como opção na legalização dos Conjuntos Habitacionais situados no Município de Vassouras, RJ, sob o prisma das políticas urbanas e o impacto do acesso ao instituto da propriedade. A metodologia utilizada parte do método dedutivo, da análise de fatos históricos e contemporâneos, documentos, entrevistas e da pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos, livros e normas jurídicas concernentes ao tema.

Palavras-Chave: Núcleo urbano informal; Conjuntos Habitacionais; Políticas públicas em habitação; direito à propriedade.

⁴¹ Acadêmica do Curso de Direito, Faculdade de Miguel Pereira/Miguel Pereira/RJ/Brasil. E-mail: pozluiza@gmail.com.

⁴² Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: ganhadeiro_adv@hotmail.com.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Maria Victória Pereira de Barros da Glória⁴³; Anderson Rocha⁴⁴

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade da Audiência de Custódia no sistema penitenciário brasileiro à luz da decisão do Supremo Tribunal Federal. A Audiência de Custódia consiste na apresentação do preso ao juiz de maneira célere em um prazo de até 24 horas após a prisão e analisar se houve algum tipo de violência por parte dos agentes policiais no momento da apreensão. É de grande importância sua aplicabilidade para evitar que sejam realizadas prisões ilegais e convertê-las em medidas cautelares diversas da prisão quando for o caso. Para tanto, é necessário descrever o sistema penitenciário e as violações dos direitos dentro do sistema carcerário, compreender o papel da Audiência de Custódia analisar sua efetividade e abordar a decisão do Supremo Tribunal Federal (Reclamação 29.303) a respeito da Audiência de Custódia para todas as modalidades de prisão. Realiza-se então uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, utilizando-se de pesquisas Bibliográficas, Doutrinas, Tratados Internacionais, o Código de Processo Penal, a Constituição Federal de 1988 e a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça. Diante disso, verifica-se que após a implementação da Audiência de Custódia houve diminuição do número de presos provisórios, e o número de casos de torturas e maus tratos, sendo possível constatar que de certa forma a Audiência de Custódia tem se mostrado eficaz, embora enfrentando grandes desafios para sua real eficácia.

Palavras-chave: Audiência de Custódia; Direitos Humanos; Violação de Direitos.

⁴³Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil.

⁴⁴Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: profandersonrocharodrigues@gmail.com

APLICAÇÃO NA COBRANÇA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM MIGUEL PEREIRA: ANÁLISE EMPÍRICA DAS COBRANÇAS DE IPTU

Matheus Oliveira Moura de Almeida ⁴⁵; Ana Luiza da Rocha Lima ⁴⁶

RESUMO: O texto aborda a tributação municipal, com foco no IPTU e sua função social. Explora desafios do sistema tributário, destaca soluções em Miguel Pereira, incluindo anistia, e considera o impacto da pandemia. Ressalta a necessidade de justiça fiscal e sensibilidade às necessidades dos contribuintes.

Palavras-chave: IPTU - Tributação Municipal; Políticas Públicas; Solução ao fisco; Miguel Pereira.

⁴⁵ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: matheusfentaw@gmail.com

⁴⁶ Professora da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: analuizadrlima@gmail.com

O PERFIL DO LITIGANTE NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE PATY DO ALFERES: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA

Pedro Mendonça da Silva⁴⁷; Gabriel Rezende ⁴⁸

RESUMO: O presente trabalho buscou entender os motivos pelos quais a população brasileira possui uma cultura processual enraizada em seu âmago, trazendo ideias e reflexões de como, quando e onde é eficaz propor a lide para que o Estado, com seu poder coercitivo, venha a intervir nos imbróglios individuais do cidadão, expondo dados e conceitos históricos da resolução de conflitos através dos ritos especiais dos juizados. Adiante, buscará compreender o papel sócio legal dos Juizados Especiais Cíveis, bem como seu surgimento e suas ideias iniciais, introduzindo a escola jurídica ao qual o Brasil se inspirou para que tal método fosse implementado através da promulgação da Lei nº 9.099/95 (Brasil, 1995), ainda analisando o contexto social ao qual o país se encontrava quando o dispositivo legal começou a vigor, tanto em termos econômicos, processuais e dos assuntos discutidos com mais veemência nos anos 90. Após toda conceituação histórica e exposição sobre o momento social em que o país se encontrava no contexto dos anos 90, far-se-á um enfoque em um município do Centro Sul-Fluminense, Paty do Alferes, situando a cidade em número de população, cultura local, como o Poder Judiciário tem padronizado a atuação em seus domínios territoriais, expondo a realidade dos litígios locais. Por conseguinte, analisaremos o perfil do litigante da cidade em enfoque, traçando grau de escolaridade, poderio econômico e, por fim, o nível de satisfação obtido ao final de cada processo. Finalizando e trazendo o último objetivo geral do presente trabalho, será abordado através da metodologia de pesquisa qualitativa de cunho descritiva, em que avaliaremos a percepção dos litigantes e caracterizaremos a eficácia e morosidade do processo tramitando no município em foco.

Palavras-chave: Juizados Especiais Cíveis; litigantes; Paty do Alferes; Análise Econômica do Direito.

⁴⁷ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: 40pedro@gmail.com

⁴⁸ Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil. E-mail: gabriel.rezende@universidadedevassouras.edu.br

A CONTRIBUIÇÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS PARA A DIMINUIÇÃO DE PROCESSOS NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA MOROSIDADE JUDICIAL FRENTE À CELERIDADE DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Pyetra Paula Nascimento Vieira⁴⁹; Aline Pomodoro Dias ⁵⁰

RESUMO: O objetivo principal do presente artigo é examinar a nova abordagem de acesso à justiça por meio da desjudicialização das atividades extrajudiciais com o intuito de resolver de maneira mais eficaz e ágil demandas administrativas de menor complexidade. O conceito de desjudicialização é um tópico relevante que assegura à população acesso mais rápido e eficiente à justiça. Esse fenômeno busca transferir certas responsabilidades judiciais para outras instâncias, com o propósito de aliviar a carga sobre o Poder Judiciário deixando para este apenas as disputas não passíveis de resolução por essas instâncias. Portanto, o foco principal reside em evidenciar que as atividades extrajudiciais proporcionariam vantagens como agilidade e economia ao sistema judiciário ao diminuir a quantidade de casos admitidos. Para tanto, é necessário realizar uma análise e pesquisa dos benefícios e limitações da desjudicialização no âmbito das atividades extrajudiciais, como garantia de acesso igualitário e eficiente à justiça. Nesse contexto, é relevante examinar o direito notarial e registral no Brasil, a partir da análise da doutrina, destacando as prerrogativas dos notários e registradores, enfatizando sua atuação nos processos de jurisdição voluntária como um instrumento importante para processar os procedimentos legais e promover a harmonia social. Observa-se ainda, a importância fundamental da atuação dos cartórios nas questões de jurisdição voluntária e seu papel na eficácia e na agilidade da realização do direito desejado.

Palavras-chave: Serventias extrajudiciais; Acesso à Justiça; Desjudicialização; Poder Judiciário.

⁴⁹ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira – FAMIFE, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

⁵⁰ Professora do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira – FAMIFE, Miguel Pereira, RJ, Brasil.

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: DA PRECARIIDADE HISTÓRICA À VULNERABILIDADE NO CÁRCERE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Rayane Caetano Marques Magalhães⁵¹; Filipe da Silva Pinheiro⁵²

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo avaliar como os direitos humanos são aplicados no sistema prisional brasileiro, considerando seu histórico de precariedade. Para tanto, examinaremos questões primordiais, como infraestrutura inadequada, superlotação, cuidados de saúde e o cumprimento das leis no tratamento de presos. Esta análise qualitativa com abordagem temática começará explorando a relação entre os direitos humanos e a legislação brasileira. Também será abordada a responsabilidade do Estado em punir e os limites de seu desempenho. Este debate nos levará a considerar as violações dos direitos humanos dos presos, o que impõe a constatação de que o Estado tem o dever de respeitar, promover, proteger, garantir e executar os direitos humanos e, que ao ignorar a humanidade dos presos, torna difícil a reintegração deles à sociedade e, ao mesmo tempo, alimenta um ciclo de reincidência.

Palavras-chave: Violação; Direitos Humanos; Sistema Prisional; Vulnerabilidade; Presos.

⁵¹ Acadêmica do curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil, E-mail: ramarquesm@hotmail.com.

⁵² Professor do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira, RJ, Brasil, E-mail: filipespinh@gmail.com.

MULTIPARENTALIDADE: O RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E OS EFEITOS JURÍDICOS DA AUSÊNCIA DE NORMAS

Victor Hugo da Silva José⁵³; Gustavo Abranches Bueno Sabino⁵⁴

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo compreender o instituto jurídico da multiparentalidade, especificamente a filiação socioafetiva e os impactos decorrentes da ausência de normas. Essa modalidade de filiação surge a partir de um novo conceito de parentalidade resultante da interpretação extensiva da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como dos provimentos do Conselho Nacional de Justiça e decisões judiciais. O objetivo é compreender melhor o surgimento dessa nova modalidade de família. A pesquisa começa por revisitar o Código Civil de 1916, traçando a evolução do conceito de filiação até a promulgação da CF/88 e do CC/02, que foram marcos na evolução do conceito de família e filiação. Em seguida, a pesquisa se concentra na compreensão dos princípios que orientam a multiparentalidade, embasando-se na doutrina, especialmente em relação à valorização do afeto e sua importância na formação das novas modalidades de família, bem como no reconhecimento da filiação socioafetiva. Posteriormente, é abordado o princípio da igualdade entre os filhos, que desempenha um papel fundamental na não discriminação entre filhos biológicos e filhos por afeto. Por fim, são analisados os impactos da ausência de normas nos casos concretos relacionados ao reconhecimento da filiação por afeto. Para isso, utilizamos a análise de decisões judiciais em diversas ações, como negatória de paternidade, ações abusivas de reconhecimento de paternidade biológica cumuladas com petição de herança e erro de filiação, entre outras. Este trabalho é abordado por meio da metodologia de pesquisa qualitativa de cunho descritivo, analisando os impactos que a falta de uma norma específica pode causar nos processos judiciais e extrajudiciais relacionados ao reconhecimento da filiação socioafetiva.

Palavras-chave: Multiparentalidade; filiação; afetividade; ausência de normas.

⁵³ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: victorhugosilvs11@hotmail.com

⁵⁴ Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: gustavoabs2015@gmail.com

Reurb-I: a (in)eficácia da Regularização Fundiária nos Parcelamentos de Solos anterior da Lei Federal nº 6.766/79, no âmbito do Registro de Imóveis

Vinícios Valcaldi Peixoto¹; Rodrigo de Freitas Ganhadeiro²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a Regularização Fundiária Urbana Inominada, amparada na Lei Federal nº 13.465/2017, as inovações que trariam a implementação deste dispositivo de forma efetiva, tanto no direito à moradia e ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, seus reflexos no âmbito do Registro de Imóveis, e apresentar os principais aspectos em volta de sua ineficácia. A escolha deste tema é baseada na importância que esta modalidade trouxe para a sociedade em situações de posse, facilitando a obtenção dos registros de seus imóveis. A metodologia de pesquisa utilizada com base em análise de artigos das Leis Federais que instituíram estas modalidades, livros e jurisprudências ao exercer a atividade de Substituto no Registro de Imóveis no Cartório do Ofício Único de Miguel Pereira/RJ.

Palavras-chave: Regularização Fundiária Urbana; Lei nº 13.465/2017; Registro de Imóveis; Parcelamento de Solos Irregulares; Ineficácia; Reurb-I

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Miguel Pereira, Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: vinicios.peixoto357@gmail.com

² Professor da Faculdade de Miguel Pereira Miguel Pereira/ RJ/ Brasil. E-mail: ganhadeiro_adv@hotmail.com